

O BRASIL ILUSTRADO (1855-1856) E A COLABORAÇÃO DE NÍSIA FLORESTA: CONSIDERAÇÕES

O Brasil Ilustrado (1855 – 1856) and the collaboration of Nísia Floresta: considerations

Benedita de Cássia Lima Sant'Anna¹

RESUMO: O presente texto apresenta *O Brasil Ilustrado: publicação literária* (1855-1856), periódico que contém textos relacionados à religião, textos sobre personalidades brasileiras da época, textos científicos e, principalmente, textos literários, – de ficção e poesia, – além de várias gravuras relacionadas a um ou mais textos nele impressos. Reflete sobre as matérias de autoria de Nísia Floresta Brasileira Augusta publicadas no periódico, discutindo, em linhas gerais, a temática de tais matérias, além de enfatizar a importância de tal colaboração para a folha, bem como a importância d'*O Brasil Ilustrado* para o estudo da imprensa periódica, história literária, social e cultural brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Século XIX; Periódico; *O Brasil Ilustrado* (1855-1856); Colaboração; Nísia Floresta.

ABSTRACT: This paper presents *O Brasil Ilustrado: publicação literária* (1855-1856), a periodical which contains texts related to religion, texts about Brazilian personalities of the time, and scientific texts, especially literary texts – fiction and poetry – as well as several pictures related to one or more texts printed on it. This paper also analyses the articles of the author Nísia Floresta Brasileira Augusta, published in that newspaper, discussing, in general, the theme of such articles and the importance of her collaboration, as well as the relevance of *O Brasil Ilustrado* to the study of the periodical, historical, literary, social and cultural Brazilian press.

KEYWORDS: 19th century; Periodical; *O Brasil Ilustrado* (1855-1856); Collaboration; Nísia Floresta.

O periódico *O Brasil Ilustrado: Publicação Literária*, lançado em 14 de março de 1855 por Ciro Cardoso de Meneses, Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, Francisco de Paula Cândido, Francisco de Paula Meneses e Francisco Nunes de Souza, possui formato e periodicidade semelhantes aos de publicações periódicas, literárias e ilustradas oitocentistas estrangeiras. Cada número saía com oito páginas de três colunas que se mesclavam quando eram divulgados desenhos, retratos, charges e caricaturas.

Impresso quinzenalmente sempre no meio e no final de cada mês na tipografia de N. Lobo Vianna & Filho, situada na rua d'Ajuda, 70, Rio de Janeiro, que posteriormente foi substituída pela tipografia localizada na Rua do Cano, 105, na mesma cidade, o periódico contou com a colaboração de

¹ Pós-doutoranda em Letras da Universidade Federal do Paraná e bolsista da CAPES.

escritores nacionais e estrangeiros, dentre o quais Alexandre Herculano, Aureliano José Lessa, Avelino R. Milagres, Emílio Germon, Francisco Antônio Raposo, Francisco José Rodrigues, F. Portela, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, José Antônio de Andrade, José Dias da Costa, José Ramos Coelho, Lourenço Ottoni Lopes Pimenta, Luiz Felipe Leite e Teixeira e Souza, entre outros.

O periódico foi vendido inicialmente para os leitores residentes na corte e em Niterói ao custo de 1\$000 o número avulso, 8\$000 a assinatura semestral e 10\$000 a assinatura anual – valores elevados para uma publicação daquela época. Os leitores residentes nas demais cidades brasileiras, assim como os residentes no exterior interessados em adquiri-lo, tinham de desembolsar um valor bem mais significativo, devido às despesas relativas ao envio (embrulho e postagem). Para estes, cada número avulso custava 2\$000; a assinatura semestral 10\$000 e a assinatura anual 20\$000.

O Brasil Ilustrado diferencia-se das publicações literárias nacionais que lhe eram contemporâneas por apresentar a mesma numeração a cada duas edições, ou seja, tanto a edição de lançamento, publicada na data já citada, – 14 de março de 1855, – como a que a sucede, – publicada em 31 de março de 1855, – foram impressas com a mesma indicação de número (n. 1), o que se repete sucessivamente até as edições indicadas de décimo número, publicadas em 15 e 30 de abril de 1856.

A esse respeito, mencionamos que, ao ler o periódico, nota-se que, excetuando a edição de número 11, impressa em 15 de maio de 1856, única da história d’*O Brasil Ilustrado* cuja numeração não se repete na edição posterior, e as edições impressas em 31 de maio, 15 e 30 de junho do mesmo ano (as três com a indicação de número 12), esse periódico apresentará no total dezesseis números (de 1 a 10 e de 13 a 18), nos quais se indica a mesma numeração no exemplar impresso no meio e no fim de cada mês.

Assim, observa-se que, oficialmente, respeitando-se as indicações de número de cada exemplar, *O Brasil Ilustrado* é composto por dezoito números avulsos, dos quais dezesseis, conforme ressaltamos, são duplos; um é único e o outro, triplo. Todos juntos totalizam 36 edições que compõem o mesmo volume (v. 1).

O periódico traz na parte superior de cada um de seus números o título elaborado com letra tipográfica e uma paisagem do Rio de Janeiro, ao que parece da ilha de Villegaignon. Tal paisagem foi executada com a técnica de xilogravura por C. H. Furgy Filho. Ela estende-se da Praça de D. Pedro II (atual Praça XV) até os galpões dos mercados portuários da atual Praça Mauá e da Gamboa.

Na metade inferior da folha de seu primeiro número, *O Brasil Ilustrado* traz um retrato do então jovem imperador D. Pedro II (1825-1891), numa litografia de Sebastien Auguste Sisson (1824-1898), artista de origem alsaciana radicado no Rio de Janeiro desde 1852.

Sisson se destacou como litógrafo na capital brasileira e se tornou um dos principais redatores artísticos do periódico, tendo seus méritos reconhecidos ao publicar, entre os anos de 1859 e 1861, sua *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, a qual constam vários retratos executados por ele.

N' *O Brasil Ilustrado*, conforme indica o próprio subtítulo – "Publicação Literária" –, a literatura ocupa um lugar privilegiado: em todos os números, o conteúdo literário se faz presente por intermédio de textos poéticos, críticos e de ficção escritos por autores nacionais e estrangeiros que colaboraram com o periódico e, também, por transcrições de matérias já publicadas em outros órgãos de imprensa, como n' *A Ilustração Francesa*, publicada em Paris; na revista *Íris*, publicada no Rio de Janeiro; e no jornal *Mercantil de São Paulo*.

As matérias nele divulgadas praticamente não opinam sobre política. Personalidades importantes que lhes eram contemporâneas e até mesmo os vultos históricos aparecem no periódico para serem homenageados: como ocorre com o Imperador, já citado, e com a Imperatriz Dona Tereza Cristina (1822-1889) no número inicial d' *O Brasil Ilustrado*.

O marquês do Paraná, presidente do Conselho de Ministro, Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), também é lembrado em texto elogioso redigido por Lourenço Otoni Lopes Pimenta, publicado no segundo fascículo d' *O Brasil Ilustrado*, que saiu em 31 de março de 1855.

Na mesma edição, o bispo e conde de Irajá, Manuel do Monte Rodrigues de Araújo (1798-1863), é homenageado pela publicação. Desta vez, é o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro que se encarrega de prestigiar o colega. Dele também é o texto sobre o frei Francisco de Monte Alverne (1784-1858) impresso na edição de 15 de agosto do ano citado.

Francisco Joaquim Bethencourt da Silva redige o ensaio biográfico sobre o visconde de Caravelas² publicado na edição de 31 de outubro de 1856, segunda de número 16, e Luiz Antônio de Castro, os ensaios críticos biográficos de Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá (1813-1889), figura importante da economia da época.

Os ensaios sobre o barão são publicados na forma de folhetim em seis números (editados em maio, – dias 15 e 31, – junho, – 15 e 30, – julho – 15 e 31 de 1855), sendo que o primeiro deles traz o retrato de Irineu Evangelista. Aliás, parte dos ensaios biográficos impressos n' *O Brasil Ilustrado* vem acompanhada de um retrato da personalidade prestigiada.

Personalidades e vultos históricos de países estrangeiros também foram objeto de estudo em matérias impressas n' *O Brasil Ilustrado*,

2 Título nobiliárquico do Império brasileiro conferido a José Joaquim Caetano do Santos, em 1825, a Manuel Alves Branco, em 1854, e a Carlos Carneiro de Campos, em 1872. O ensaio é uma homenagem ao segundo do título, ou seja, a Manuel Alves Branco (1797-1853).

conforme se verifica no texto sobre Nicolau I, imperador da Rússia; no ensaio apreciativo sobre Napoleão; no texto biográfico sobre Omer-Pachá; nas Memórias do general Hostopelle, considerado o autor do incêndio de Moscou (1812); e no ensaio sobre D. Maria II, intitulado “A sentidíssima morte de S. M. F., a Sra. D. Maria II”, entre outros.

Alguns destes são transcritos da *Ilustração Francesa* juntamente com a gravura que o acompanha, outros são de autoria dos colaboradores do periódico e nem sempre trazem inseridos no texto o retrato da personalidade a que se referem.

Assim como ocorre com tais textos, os relacionados à história nacional e estrangeira, à religião (cultos, personalidades e instituições religiosas), aos progressos, – sejam estes astronômico, científico ou técnico, – e à filosofia, bem como a outros temas, na maioria das vezes não estão acompanhados de estampas. Entretanto, têm por objetivo ilustrar o leitor, mantê-lo informado sobre o assunto tratado, transmitir a ele conhecimentos úteis à sua formação e/ou educação.

Colaboraram com *O Brasil Ilustrado*, enviando à redação textos de cunho historiográfico, o bacharel M. A. Duarte de Azevedo, de cuja autoria foi impresso na edição que saiu em 31 de agosto de 1855 o ensaio “Breves considerações sobre a invasão holandesa”; o Dr. Francisco Antônio Raposo, de quem se imprimiu no mesmo número um “Discurso pronunciado por ocasião da instalação da escola do exército em 1º de maio de 1855”, em que tece elogios expressivos ao Imperador D. Pedro II; o Dr. J. C. Carvalho, capitão de engenharia, com o ensaio “Os Indígenas”, impresso na seção História Pátria, número 7, que saiu em 15 de setembro do ano citado; o desembargador Manuel Mendes da Cunha Azevedo, lente da cadeira de direito romano da Faculdade de Direito de Pernambuco, com discursos de cunho crítico-literário e filosófico; Francisco José Rodrigues, com relatos históricos sobre os Países Baixos, também divulgados em formato de ensaios em diversos números do periódico; Avelino R. Milagres, com o texto intitulado “O Brasil”, no qual discorre sobre a civilização brasileira, a literatura como prova do progresso individual e o índio etc.

Entre os textos de cunho religioso aparece mais uma contribuição do Cônego Fernandes Pinheiro, também impressa na edição de 31 de março de 1855 sob o título de “O missionário”, assim como a tradução realizada por José Rodrigues Coelho, aluno externo do seminário São José, intitulada “Religião dos Gregos e Romanos”, que não traz a indicação do idioma de origem e foi impressa em forma de ensaios, presentes em sete fascículos d’*O Brasil Ilustrado*.

As caricaturas impressas no periódico não se detêm em personagens do governo, excetuando a impressa na página 204 do número 13, publicado em 15 de julho, dedicada ao futuro barão de Santo Ângelo; todas as outras abordam assuntos genéricos, dirigidas aos costumes da então provinciana cidade do Rio de Janeiro.

Importa mencionar que, na caricatura citada, Manuel de Araujo Porto-Alegre aparece sentado a dialogar com um tipo, com grande barba e nariz semita, que está em pé à sua frente. Em nota, lê-se: “O Pintamonos – 15% do total é 5.000\$000, com esta condição eu lhe arranjarei as assinaturas”/“O Judeu Bric-Broc – Está dito, palavra de Honra!!!”

Hoje é praticamente impossível estabelecer qual a transação maldosamente atribuída a Porto-Alegre nessa caricatura. Já a caricatura do artista impressa na parte inferior da mesma página parece-nos de mais fácil interpretação. Nela, Porto-Alegre esforça-se para subir por uma parede, espécie de muro encimado pelo letreiro “Câmara Municipal”, e é observado por um grupo formado, a que tudo indica, por homens e moleques cujas opiniões divergem: “Há de subir. Não há de subir, etc... etc...” – alusão clara à passagem de Porto-Alegre como suplente na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro (1852-1854).

Herman Lima, na obra *História da Caricatura no Brasil*, ao discorrer sobre tais trabalhos, define-os como “desenhos excelentemente delineados, muito bem executados graficamente” (1963, v. 1, p. 86) e atribui sua autoria a Renato Moreau:

... em nota do punho de Zeferino de Meneses Brun, primeiro chefe daquela seção [de Iconografia], em manuscrito existente na Biblioteca, Sisson lhe informara que os desenhos satíricos contra o *Pintamonos* tinham sido feitos por Francisco Renato Moreau, com quem Porto-Alegre tivera também uma rusga séria no ano de 1844, a propósito de suas críticas a dois quadros do pintor francês. O próprio Sisson teria feito as litografias das caricaturas. (LIMA, 1963, v. 1, p. 87)

Assim, sobre tais caricaturas, conclui-se que Moreau as desenhou e Sebastien Auguste Sisson as transportou para a matriz de madeira e, posteriormente, para o papel no qual *O Brasil Ilustrado* seria impresso.

N^o *O Brasil Ilustrado* também foi publicada, em números impressos no ano de 1856, litografia em cores, de página inteira, com sofisticados figurinos femininos europeus. Tais figurinos, em geral, aparecem em páginas sem numeração, inseridas no meio do número e, segundo entendemos, revelam bem mais que o bom gosto do artista que os desenhou e/ou do litógrafo que o transportou para a folha. Demonstam o público requintado a quem *O Brasil Ilustrado* desejava atingir.

Do mesmo modo, a partitura da polca intitulada “A Guarasinga”, escrita por Henrique Alves de Mesquita e impressa no número editado em 15 de novembro de 1856, assim como a *schottisch* intitulada “Saudades do Rio Preto”, de autoria de A. P. Brasiel – escrita para piano e oferecida ao Vigário

M. T. Guedes –, publicada no número impresso em 30 de novembro 1856, destina-se a público requintado, pertencente à camada social mais alta, única com renda para adquirir uma folha tão cara, que custava a seus assinantes praticamente o dobro do valor de sua antecessora, a revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855), de Ciro Cardoso de Meneses.

Ainda assim, *O Brasil Ilustrado* tinha público significativo e não foi, como tantas outras publicações impressas na época, considerado sem eco por causa da ausência de leitores. Simpático à monarquia, evitou, conforme já sugerimos, polemizar com outros periódicos e com partidos políticos.

Sua importância enquanto folha periódica oitocentista está na divulgação de conteúdo artístico e instrutivo. Em suma, *O Brasil Ilustrado* representou significativa contribuição para a divulgação de conteúdo cultural no meio social em que se insere. Em suas páginas encontramos 67 composições poéticas, das quais três são continuções de poemas impressos em números anteriores, tendo em vista que duas composições poéticas foram seriadas pelos redatores da folha: divididas e publicadas em partes em números seguintes – dentre estas, “A Penha”, poema nacional escrito nos fins do século XVIII por João Rodrigues Gama e retocado pelo G. Fraga (*O Brasil Ilustrado*, 1855: p. 4). A segunda parte do poema foi impressa no número seguinte, editado em 31 de março de 1855. Composta por 18 estrofes (XVIII a XXXV), todos também com oito versos cada, prossegue com a descrição lírica da igreja, iniciada nos versos da primeira parte, prevalecendo na composição o desejo de argumentar a favor da igreja, de demonstrar sua beleza e santidade. Em alguns versos, a ênfase é dada ao respeito que a igreja exala aos fiéis: “Do arco para dentro igual respeito”/”A Abóbada requer da mor-capela,”/”Onde mais por milagre existe o efeito” (p. 11).

No fim da trigésima quinta estrofe, após o último verso, lê-se: “Continua”, sugerindo que novas estrofes de “A Penha” seriam posteriormente impressas no periódico. Apesar disso, não se publicou nas páginas d’*O Brasil Ilustrado* qualquer outra composição que viesse a dar continuidade à segunda parte de “A Penha”, o que permite inferir que a publicação do poema ficou incompleta para o leitor.

A outra composição poética nele impressa de forma seriada é “A ave do amor”, poema lírico escrito por Luiz Delfino dos Santos, cujos versos foram editados no número que saiu nos dias 15 e 31 julho de 1855, bem como no que saiu em 15 de agosto do mesmo ano.

O poema completo engloba 69 estrofes de 4 versos cada e mais 3 estrofes de quatro linhas pontilhadas, que vão além dos aparentes pontos, podendo abrir brevemente a sequência do poema para a imaginação, interpretação e/ou sugestão do leitor. Depois, conforme se verifica na página 84 do número impresso em 15 de agosto de 1855, o espaço de composição é retomado pelo eu lírico.

Importa mencionar que *O Brasil Ilustrado* também divulgou poemas acerca dos sofrimentos dos negros cativos, como “A canção do escravo”, divulgado pelo periódico, na página 280, em número editado em 15 de dezembro de 1856.

Assinado pela abreviatura P. F. e composto por versos curtos, basicamente de seis, cinco e quatro sílabas, o poema apresenta, nas três estrofes introdutórias e nas duas finais, um eu lírico que se propõe a contar as queixas de um cativo. Numa atitude generosa e objetivando dar mais veracidade à narrativa, o eu lírico narrador cede a voz ao escravizado, que nas quinze estrofes existentes entre as citadas, canta os seus dissabores aos leitores do poema.

Em simples palhoça
Eu livre nasci,
Mas preso e vendido
Cativo me vi.

O filho, a mulher,
Forçado deixei,
A pobre família
Não mais avistei.
(...)
Meu bom pai do céu,
Ah! tende clemência!
Ouvi minhas vozes,
Findai-me a existência!!!

Tal fato coloca em evidência a linguagem apelativa e, ao mesmo tempo, séria do poema, demonstrando a postura abolicionista de seu autor, que, contrário ao sistema escravocrata, não só assume o discurso do cativo como se utiliza dele e de sua figura para expor a crueldade do sistema no qual o cativo se insere, ressaltando ao leitor que, para se tornar livre novamente, o cativo deseja morrer: “Só uma esperança” / “Eu sempre hei de ter;” / “Morrendo, outra vez” / “Eu livre hei de ser” (*O Brasil Ilustrado*, 1856, p. 280).

Além de poemas, publicaram-se, n’*O Brasil Ilustrado*, outros textos que relatam o sofrimento dos negros ainda escravizados, a exemplo da crônica “A lágrima do escravo”, transcrita da revista *Íris* e impressa no número do periódico em estudo, editado em 15 de setembro de 1856. Nela, objetiva-se comover o leitor lembrando a solidão do cativo que, afastado de sua terra natal, da qual sente saudades e nunca se esquece, nem mesmo na hora da morte: “... uma lágrima lhe escorreu pela face – um suspiro lhe saiu do peito. Era chegada a hora do passamento – o mísero finou-se! A lágrima

era uma derradeira lembrança da pátria! O suspiro era uma esperança do céu!” (*O Brasil Ilustrado*, 1856, p. 236).

Nota-se que, tanto na crônica citada como no poema “A canção do escravo”, o céu, como plano espiritual e divino, simbolicamente representa Deus e aparece como fonte de esperança e alento, a única que não foi retirada do escravizado pelo homem branco. É também a única capaz de devolver a ele, ainda que em forma de imagens, representações, atos e ideias não realizáveis em vida, a paz e a liberdade – senão de carne, pelo menos de espírito.

Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (Papari, Brasil [1810] – Ruão, França [1885]), em sua crônica “Páginas de uma vida obscura”, publicada em forma de seriado em oito números d’*O Brasil Ilustrado* (nos números que saíram em março, – dias 14 e 31, – em abril, – dias 15 e 30, – maio, – dias 15 e 31, – e junho, – dias 15 e 30, – de 1855), já havia discorrido sobre as angústias dos escravizados, abordando temática semelhante à de tais matérias ao narrar a história de vida de Domingos: negro trazido do Congo para o Brasil, com apenas 10 anos de idade, por traficantes europeus.

A COLABORAÇÃO DE NÍSIA FLORESTA PUBLICADA N’*O BRASIL ILUSTRADO*

Educadora, escritora e poetisa, considerada uma pioneira do feminismo no Brasil e uma das primeiras mulheres a romper os limites entre os espaços público e privado, publicando textos em jornais na época em que a imprensa nacional ainda engatinhava, Nísia Floresta Brasileira Augusta publicou n’*O Brasil Ilustrado*, além do conto citado, a narrativa “Passeio ao Aqueduto da Carioca”, o texto “Pranto Filial” e o poema “O Improviso”, dedicado ao poeta e escritor português Antônio Feliciano de Castilho.

O poema foi impresso n’*O Brasil Ilustrado* no número que saiu em 30 de abril de 1856, mas está datado de julho de 1855. Ele é composto por três estrofes, sendo a primeira composta por cinco versos; a segunda, por 12 versos; e a terceira, por 10 versos.

Ressalta na primeira estrofe, particularmente nos dois últimos versos, que o Brasil é grato a Feliciano de Castilho: “O cantor Português dos dias nossos” / “A quem maior gratidão deve o Brasil” (*Brasil Ilustrado*, 1856: p.157a). Menciona, na segunda estrofe, que tal literato embalou os primeiros sonhos da juventude da poetisa brasileira: “Vate sublime, que os primeiros sonhos” / “Da juventude minha há embalado” (p. 157b); e, na terceira estrofe, elogia a inteligência e capacidade de Feliciano, demonstrando que o eu lírico de “O Improviso”, ou seja, a própria Nísia Floresta Brasileira Augusta, além da gratidão que expressa em relação ao poeta, também expressa o sentimento de saudade.

Os sentimentos de gratidão e saudade demonstrados por Nísia Floresta no poema levam-nos a dois planos: um coletivo, no qual a poetisa transforma as suas próprias sensações em sentimentos nacionais com o propósito claro de enaltecer o literato português, – expresso principalmente pelo vocábulo “Brasil” no quinto verso da primeira estrofe, – outro particular, no qual Nísia se pauta de sugerida recordação pessoal para justificar sua admiração e reafirmar o mérito do poeta homenageado.

Além disso, lê-se implicitamente em “O Improvise” que o eu lírico, Nísia Floresta, sente-se em débito com o poeta pelo que aprendeu com as obras dele. O plano coletivo presente na primeira estrofe encontra-se, na segunda e na terceira estrofe, com o plano particular. Nesta última, cabe ao eu lírico, ou seja, a Nísia, assumir seus próprios sentimentos, transportando-os definitivamente para o plano a que pertence: o particular.

Aliás, foi discorrendo sobre sensações particulares, restritas, pessoais e íntimas que Nísia Floresta escreveu o texto “O Pranto Filial”, impresso no número d’*O Brasil Ilustrado* que saiu em 31 de março de 1856. Este é introduzido por uma citação de Lamartine e está subdividido em seis pequenos capítulos (I, II, III, IV, V, VI), nos quais Nísia exprimiu toda a angústia provocada pela perda da mãe, que morrerá, segundo ela, prematuramente, no dia 17 de agosto às 19h30, quando se completavam exatamente 27 anos, – dia e hora, – que haviam lhe assassinado o marido [pai de Nísia]. Trata-se, portanto, de um texto com relatos de fatos e sentimentos vividos pela escritora, não relacionados à ficção literária, mas à elegância, delicadeza e clareza com que ela redige; faz dele, portanto, merecedor de boa leitura e de leitores que, por ventura, estiverem interessados em realizar pesquisa sobre a vida e a obra de Nísia Floresta Brasileira Augusta.

A narrativa “Passeio ao Aqueduto da Carioca”, escrito por ela e publicado n’*O Brasil Ilustrado* em 15 de julho de 1855, também não é propriamente um texto literário, mas se aproxima dessa categoria na medida em que a escritora enriqueceu a descrição do passeio com alusões metafóricas para se referir ao porto carioca e aos seus arredores, lugar onde se localizava o aqueduto.

“Páginas de uma vida obscura”, por outro lado, é incontestavelmente uma obra literária. Trata-se, conforme mencionamos anteriormente, de um conto que narra a história de um menino que fora trazido do Congo por traficantes europeus com 10 anos de idade e é vendido para o Brasil, no porto do Rio de Janeiro, e conduzido para a então província de Minas Gerais por um nobre mineiro, que reconheceu, desde o início, as qualidades nascentes de seu *moleque-branco*, como o chamava (*O Brasil Ilustrado*, 1855, p. 15a).

O nobre, que não cansava de elogiar a rapidez com que Domingos havia aprendido o português e a amplidão com que o escravo desenvolvia o trabalho de pajem, estava resolvido a dar-lhe a liberdade assim que este lhe houvesse prestado trabalho por um curto espaço de tempo. Entretanto, com a morte inesperada do nobre, todos os seus bens, inclusive o jovem escravo, passam para um parente seu,

avarento e endurecido, que possuía todas as características anti-humanitárias dos senhores escravocratas (p. 15b).

O novo senhor de Domingos, detestado por negros e por brancos devido às suas maneiras grosseiras e a seu caráter intratável, só apreciava no escravo a força física, da qual esperava tirar grande vantagem no trabalho de extração na mina de ouro. A agilidade com que Domingos desenvolvia suas tarefas, a honestidade, dedicação e lealdade do escravo, que o distinguiam dos demais escravos trabalhadores da mina, não eram valorizadas nem percebidas por esse novo senhor. E, mesmo tendo Domingos salvo a sua vida, por ocasião de um atrito a respeito da mina com um de seus vizinhos, o novo senhor, em vez de conceder-lhe a liberdade, vende o escravo para um Duque que residia em Porto Alegre.

Em Porto Alegre, Domingos se apaixona por Maria, negra insinuante e esbelta, natural do mesmo país africano e pertencente a outro senhor, cuja esposa, descrita no conto como uma mulher áspera e destituída dos favores da natureza, espiava todos os passos da pobre escrava, empregava-a sem interrupção e com dureza em seu serviço, não deixando um só momento para Maria respirar (p. 46). Assim, quando seu senhor decide mudar com toda a sua família para o Rio de Janeiro, levando Maria consigo, a bela escrava não tem oportunidade de avisar o amante.

Sem saber o que acontecerá com Maria, Domingos se dedica ainda mais ao trabalho para suprir-lhe a angústia, até que a família a quem pertencia também se transfere para o Rio de Janeiro. No percurso de navio entre Porto Alegre e Rio de Janeiro, Domingos realiza novo ato de heroísmo: com dedicação e cuidados, salva os seus donos da peste que haviam contraído na viagem.

A partir daí, a alma grata e justiceira do quarto e último senhor de Domingos não vê na dedicação do escravo apenas “um dever prescrito por Deus ao oprimido, (...) mas um sublime triunfo de caridade cristã” (p. 47). Domingos, então, deixa de ser tratado por ele como um escravo.

Pouco tempo depois de Domingos e a família a quem pertencia terem-se instalado no Rio de Janeiro, ele reencontra Maria, com quem reata o relacionamento. Só que a felicidade do escravo dura pouco. Sem vigor semelhante ao do amante, Maria não pode resistir ao excesso da dor que a esmagava desde que a arrancaram de perto dele nem a recusa de sua senhora em vendê-la para o senhor de Domingos. Sua situação de escrava aos poucos lhe havia tolhido o ânimo, condenando-a à morte precoce.

Domingos sofre com a morte de Maria. Seu sofrimento só cicatriza, – ou melhor, é substituído por outro, – oito anos depois, quando nasce seu filho, fruto de um relacionamento passageiro com uma escrava pertencente também a seu senhor.

Batizado com o nome de Efraim, o filho de Domingos não herdara do pai o mesmo vigor físico, mas a fragilidade da mãe que, por sua vez, não era um

composto de boas qualidades como havia sido Maria. Talvez por esse motivo o senhor de Domingos acaba vendendo a escrava a outro.

Como pai extremoso que era, Domingos sofre ao ver seu filho ser separado da mãe. E sofre mais intensamente quando Efraim, em decorrência de sua fragilidade física, tem a sua saúde debilitada, adoece e morre.

A morte de Efraim deixa Domingos desconsolado. O escravo não tinha mais força para aguentar aquele último golpe. Ter visto a única mulher que amou morrer em duro cativeiro, ter visto a mãe de seu filho ser vendida a outro senhor e, em seguida, ver seu filho, sua única consolação na vida, morrer tirou-lhe definitivamente a vontade de viver. Domingos acaba falecendo pouco tempo depois, em 11 de maio de 1854, no hospital de Santa Izabel, onde é levado por um amigo de seu senhor.

A descrição das qualidades morais de Domingos no conto opõe claramente a forma como boa parte da sociedade da época concebia o caráter do negro. O sofrimento silenciado, calado e oculto deste ganha voz na narrativa de Nísia Floresta.

O protagonista Domingos, escravo de alma generosa, dedicada, boa, não é “negro de alma branca”, porque a cor branca por si só não pode ser associado ao bom e ao puro, como não era bom o seu terceiro dono – o avaro e intolerável herdeiro do nobre mineiro. Domingos é escravo de alma escurecida pela tristeza e pelo silêncio, mas nem por isso endurecida e corrompida por esses aspectos. É o representante de uma etnia oprimida, à qual a nação brasileira já devia muito na época em que se passa a narrativa, mas que não tinha, e ainda hoje não tem, o seu valor reconhecido. Assim, o próprio Domingos, embora tenha sido tratado com certa consideração por seus dois primeiros senhores e por seu quarto e último senhor, também não teve o reconhecimento desejável. Domingos nasceu livre, trabalhou e se dedicou muito às famílias a quem pertenceu, mas não ganhou a liberdade, morreria escravo como a sua amada Maria.

Em nosso entendimento, a posição antiescravista assumida por Nísia Floresta no conto revela um pouco do caráter abolicionista da autora, que rebatia com entusiasmo e erudição opiniões contrárias à libertação dos escravos. Tal aspecto, aliado à sua inteligência, a seu talento e postura de vida, fez dela uma mulher à frente de seu tempo, digna de ser lida, apreciada e estudada.

Talvez por esse motivo o escritor português Luiz Felipe Leite,³ ainda naquela época, tenha se dedicado à análise de uma das obras de Nísia Floresta Brasileira Augusta. A análise impressa inicialmente na revista *A Ilustração Luso-Brasileira* (Lisboa, 1856, 1858 e 1859) foi publicada quase simultaneamente n’*O Brasil Ilustrado*, com o mesmo título, – “Revista

3 Professor do Liceu de Ponta-Delgado, nasceu em Lisboa (1828), escreveu poesias, romances e obras sobre a imprensa política e a imprensa literária da época.

Literária. I. Portugal e Brasil. *Opúsculo Humanitário* por B. A. Rio de Janeiro, 1851”, –, só que subdividida em três partes, uma a mais do que havia sido impressa na revista portuguesa.

Na análise, o crítico tece afirmações que celebram as duas nações “coirmãs”, unidas por um só idioma, e em seguida passa à apreciação da obra, justificando o interesse por tal literatura:

O livro que o Brasil nos mandar, ainda mesmo que de cosmopolista não possa obter os foros, é aqui bem-vindo, e tanto, como se entre nós fosse escrito. Se o assunto de que tratar tiver com as nossas coisas, prosperidades ou mágoas, alguma relação, mais bem-vindo será. Se de pena feminina houver saído a obra, além de todas as razões que já tínhamos para o festejar, acresce esta da novidade; pois que para as letras portuguesas ainda é, e será talvez por muito tempo, um acontecimento virem tomar a mão na prática da imprensa aquelas que para naturais conselhos nosso dotou a Providência. (*O Brasil Ilustrado*, 1856, p. 171a)

Há no trecho citado uma informação que vai ao encontro da postura assumida por Nísia Floresta em sua obra, isto é, a importância da mulher como conselheira do homem, pois, de acordo com o autor do ensaio, para a escritora brasileira a mulher deveria ser “a primeira educadora de seus filhos, a mais útil amiga do homem”.

Observa-se que a postura da educadora valoriza o papel da mulher no núcleo familiar e na sociedade, bem como que a mesma ganha uma interpretação ainda mais positiva se analisada juntamente com a tese de seu livro, mencionada por Luiz Felipe Leite: “A tese do livro é que a educação da mulher tem muita influência sobre a moralidade dos povos, e que o característico mais saliente da sua civilização é ela. A hipótese: a ilustração do Brasil pela educação da mulher” (p. 171b).

No que se refere à tese citada, nota-se que atribui à mulher papel de destaque na sociedade brasileira, ressaltando a importância atribuída a ela pela escritora. Dessa forma, mencionamos que, segundo o autor do ensaio, embora a escritora e educadora brasileira não pague a emancipação feminina, não deixa de valorizar a mulher, com sugestões que lembram que esta ainda não havia atingido seu papel na sociedade e que “é mister que a companheira do homem se associe com ele na grande obra do futuro” (p. 171c).

Acreditamos que a obra de Nísia Floresta Brasileira Augusta deve ter surpreendido os leitores da época, pois, conforme sugere Luiz Felipe Leite e pode ser facilmente constatado por meio de levantamentos e pesquisa, publicações redigidas por mulheres não eram muito comuns no momento

estudado. Além disso, o *Opúsculo Humanitário* pode ter preenchido uma lacuna existente nos manuais de educação feminina daquele momento.

Ressaltando que escritor não tem sexo, Luiz Felipe Leite sugere em sua análise que não faria elogios à obra citada sem que esta tivesse merecido, só porque ela foi escrita por uma mulher. E pontua na obra da educadora brasileira aspectos que não lhe agradam, entre os quais estão aqueles em que Nísia Floresta atribui a Portugal a deficiência na educação feminina brasileira, - “É uma triste verdade ter o Brasil herdado de sua metrópole o desprezo em que ela teve sempre a educação da mulher”, - bem como aqueles em que a educadora menciona que “os prejuízos de Portugal estenderam-se sobre as vastas plagas do Brasil, debaixo de um aspecto mais desfavorável”, além do fato de Nísia Floresta insistir na ideia de que, ao confundir instrução com educação, alguns dos seus compatriotas pretendem “atenuar o mau efeito produzido por tão feio sudário” (p. 182), ou seja, produzidos por heranças portuguesas negativas.

Entretanto, o ensaio do escritor português não deixa de atribuir créditos à obra de Nísia Floresta, só que estes estão mais ligados à defesa que ela faz da mulher e da necessidade de uma educação feminina adequada aos costumes da época. Uma educação que valorize a família, que não seja “discorda em seus sistemas”, com a confusão dos métodos e das doutrinas, seguidas até então pelas professoras (p. 190 e 191).

A nosso ver, esse ensaio não chega a estabelecer uma crítica propriamente dita, da forma como hoje a conhecemos, mas se aproxima dela sutilmente por meio de algumas inferências. Todavia, é um ensaio bem mais descritivo que crítico.

Do mesmo modo, esse artigo não analisa os textos de Nísia Floresta publicados n’*O Brasil Ilustrado*; parafraseia-os, com o propósito claro de torná-los conhecidos do público leitor atual e, assim, estimular o interesse deste pelas obras da poetisa, romancista e educadora que tantos serviços prestou às letras e à imprensa nacional.

Nísia Floresta não pertence à lista de colaboradores mais assíduos do periódico *O Brasil Ilustrado*, mas é, sem dúvida nenhuma, pela importância que obteve em seu tempo, uma das personalidades principais que integraram a lista citada. Sua presença como colaboradora do periódico abrilhantou e enriqueceu a folha carioca, dando-lhe vigor.

A contribuição enviada por ela auxiliou na efetiva concretização do projeto editorial d’*O Brasil Ilustrado*, - que tinha por objetivo se destacar como publicação literária propagadora de conhecimento, - isso porque, como educadora, estudiosa, figura ímpar e à frente de seu tempo, a simples presença de Nísia Floresta, entre os demais escritores que ali colaboravam, já garantia a’*O Brasil Ilustrado* um pouco do prestígio intelectual e literário de que ela própria gozava.

Além disso, em nosso entendimento, a obra de Nísia Floresta Brasileira Augusta, particularmente os textos publicados no periódico em questão, pertence à história da literatura, cultura e imprensa literária nacional, devendo, assim como o periódico *O Brasil Ilustrado*, ser preservada e estudada por nossos pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA. Jornal literário, científico e ilustrado. Lisboa: Tipografia d'O Panorama, v. 1, 1856.

DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

FLORESTA, Nísia. Página de uma vida obscura. In: *O Brasil Ilustrado: publicação literária*. Rio de Janeiro: Tipografia S. Lobo Vianna & Filhos, 1855. p.7-8; 15-16; 23-24; 32-32; 40; 46-47; 55-56; 63.

_____. Passeio ao Aqueduto da Carioca. In: *O Brasil Ilustrado: publicação literária*. Rio de Janeiro: Tipografia S. Lobo Vianna & Filhos, 1855, p. 68-70.

_____. O Pranto Filial. In: *O Brasil Ilustrado: publicação literária*. Rio de Janeiro: Tipografia S. Lobo Vianna & Filhos, 1855. p. 141-142.

_____. Um Improviso. In: *O Brasil Ilustrado: publicação literária*. Rio de Janeiro: Tipografia S. Lobo Vianna & Filhos, 1856. p. 157.

LEITE, Luiz Felipe. Revista Literária. I. Portugal e Brasil. *Opúsculo Humanitário* por B. A. Rio de Janeiro, 1851. In: *O Brasil Ilustrado: publicação literária*. Rio de Janeiro: Tipografia S. Lobo Vianna & Filhos, 1856. p. 171, 183, 190 e 191.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963. v. 1.

O BRASIL ILUSTRADO: PUBLICAÇÃO LITERÁRIA, redigido por uma associação de literatos. Rio de Janeiro: Tipografia S. Lobo Vianna & Filhos. 1855 - 1856.

Data de recebimento: 15 mar. 2014.

Data de aprovação: 30 maio 2014.